

# **DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE MANAUS-AM E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS URBANOS, O CASO DO PROSAMIM**

**Márcio S. NASCIMENTO (1,2)**

(1) Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

(2) Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Escola Normal Superior (ENS)

Manaus – AM – Brasil.

[cinhorei@hotmail.com](mailto:cinhorei@hotmail.com)

## **RESUMO**

Este trabalho destaca os problemas socioambientais provenientes da ocupação urbana no município de Manaus, mas especificamente na área central da cidade, visando oferecer subsídios que possibilitem arquitetar estratégias de intervenções urbanas, sobretudo no que se refere ao deslocamento das pessoas que habitam as margens e no leito desses igarapés, haja vista a forma desorganizada com que ocorreu a ocupação do espaço urbano. Neste sentido, objetivamos compreender a dinâmica da mobilidade provocada pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), para uma otimização na aplicabilidade de políticas públicas satisfatórias, firmando a cidadania e garantindo qualidade de vida à diversidade cultural no direito a um ambiente equilibrado. Pois as cidades crescem e, na medida em que os espaços, os meios natural e social são modificados, o homem também é transformado por eles.

**Palavras-chave:** socioambiental, intervenção, urbana

## **1. INTRODUÇÃO**

Manaus, capital do estado do Amazonas, o maior Estado brasileiro em extensão. Banhada pela maior bacia hidrográfica do planeta, fica à margem esquerda do rio Negro e é toda entrecortada por pequenos braços de rio chamados de igarapés. Estes cursos d'água tão presentes na vida dos moradores desta cidade foram os mais impactados pelo conjunto de problemas urbanos próprios de um processo de crescimento rápido e desordenado, ao longo da história.

Assim a questão ambiental deve ser compreendida como um produto fundado na intervenção da sociedade sobre a natureza. Incluída não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social. É uma grande preocupação da sociedade atual, SANTOS (2002) considera o espaço como produto de uma construção social, ou seja, como um conjunto indissociável de “sistemas de objetos e sistemas de ações” que permite a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado que por meio de suas características próprias, dá conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos. Por isso, o espaço é visto como uma dimensão da reprodução social, por ser histórica e socialmente construído.

Também CARLOS (2009) afirma “a reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata”. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação de determinado lugar, num momento histórico específico, trazendo à tona a problemática ambiental, de forma nova, a dimensão do espaço com toda a sua complexidade.

Manaus teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de mais de 300 mil para aproximadamente 2 milhões de habitantes. E em meio a este ritmo intenso de crescimento vegetativo, se comparado com outras cidades brasileiras, homens e mulheres de diversas partes do país, principalmente nordestinos, ocuparam as margens e os leitos dos igarapés de Manaus. Esse processo de ocupação das margens dos igarapés em Manaus está francamente arrolado a uma composição social desigual, o que firmemente vai remeter aos problemas relacionados à habitação, acarretando na ocupação por famílias pobres de áreas proibidas por lei. Diante desse cenário o Governo do Estado, como forma de intervenção nos igarapés, tomou medidas, no que concerne às famílias que habitam as margens desses cursos d'água,

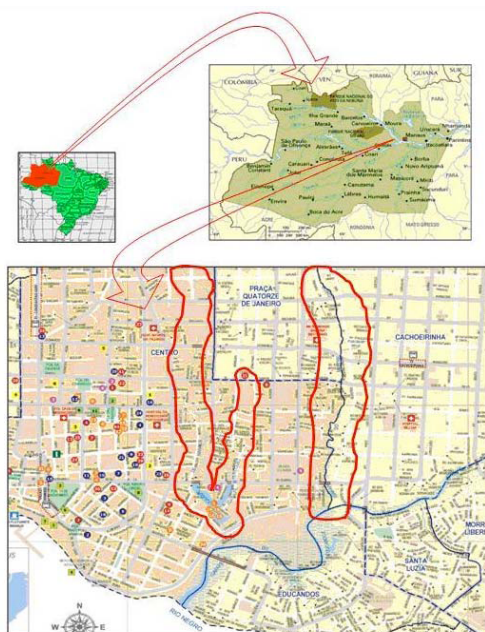
construindo núcleos habitacionais, que deslocariam moradores, para áreas localizadas na periferia da cidade (zona norte), ou apartamentos construídos próximos e/ou na área afetada pela intervenção.

Destarte o presente artigo é uma reflexão sobre a paisagem como componente do ambiente urbano, a visão social e a ocupação dos espaços, em específico na área de abrangência do Prosamim, para explanar sobre questões inerentes ao meio ambiente urbano, de forma que políticas públicas sejam cada vez mais propagadas no desígnio de apontar melhorias na qualidade de vida da população afetada por esse problema. Na sequência abordaremos sobre o histórico do programa bem como a problemática e as melhorias proporcionadas à população.

## 2. ENTENDENDO O PROSAMIM: HISTÓRICO E OBJETIVOS

Em 2003 o Governo do Estado do Amazonas passa a estruturar uma política fundiária para a cidade no sentido de conter as invasões e o crescimento do número de novas moradias às margens dos igarapés. As duas principais bacias da cidade passam a serem tratadas com prioridade sendo que é escolhida a Bacia do Educandos (figura 1), por reunir um maior contingente populacional ribeirinho<sup>1</sup> em área de risco e os maiores índices de doenças de veiculação hídrica, dentre outros indicadores sócio-ambientais.

Em abril do mesmo ano Governo do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), juntamente com a comunidade do Bairro de Educandos, iniciaram o primeiro estudo para formatação do Programa Social e Ambiental dos igarapés de Manaus (Prosamim). E em 2006 as obras começaram, fruto de um trabalho de gestão participativa nasceu, então, a primeira etapa do Programa que deve ser concluído até o ano 2012, com investimentos da ordem de US\$200 milhões, sendo US\$ 140 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>2</sup> e US\$ 60 milhões do Governo do Estado do Amazonas. Abrangendo um cadastro de urbanização de vários igarapés na área urbana da cidade, envolvendo o cadastramento de 3.875 palafitas, sendo 2.327 delas localizadas em margens iminentes de desabamentos ou em condições graves de insalubridade. A intenção foi reconstruir nas proximidades das áreas afetadas condições dignas de habitação, dotadas de infra-estrutura básica.

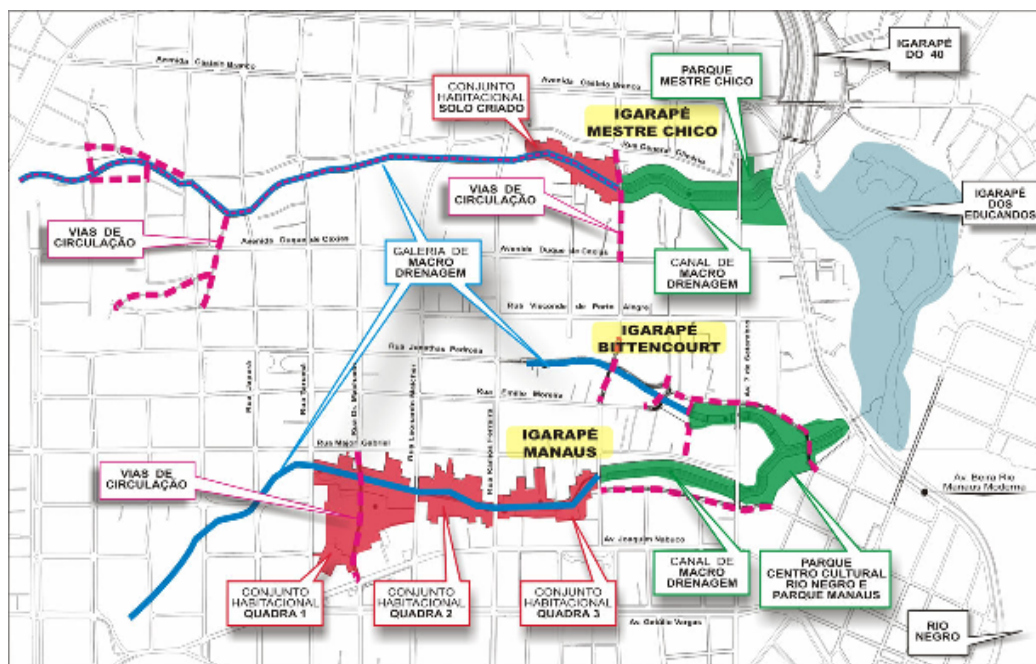


**Figura 1- Localização da área de atuação do Prosamim na Bacia do Educandos**

<sup>1</sup> Que se encontra ou mora próximo de um rio ou ribeiro (igarapé).

<sup>2</sup> O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – BR-L1005 – teve financiamento aprovado no dia 30 de novembro de 2005 pelo BID.

As áreas de intervenção do PROSAMIM selecionadas para a intervenção são caracterizadas por dois espaços ambientais distintos: um determinado pela ocupação irregular por populações de baixa renda e pelas condições de degradação ambiental, habitacional, urbana e socioeconômica que definem um quadro de exclusão em relação à “cidade regular” e outro determinado pelos espaços onde as comunidades serão transferidas em função de processos de reassentamentos para unidades habitacionais (figura 2) dispostas de forma organizadas em espaços especialmente desenhados. HAESBAERT (2004), diz que o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um dado segmento social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento, o que demarca a territorialidade de um determinado grupo social.



**Figura 2 - Área de Abrangência das Obras – Conjuntos Habitacionais**

Como enfatiza ABELEM (1992) citado por SILVA (2009) dizendo que no trinômio riqueza x pobreza x meio ambiente estão intimamente relacionados, pois tanto a condição de riqueza quanto a condição de pobreza “exploram” de forma diferenciada os recursos do ambiente. Entretanto, a existência dessas condições é reflexo direto da concentração de renda, a qual gera as desigualdades sociais no mundo e, principalmente, nas sociedades em desenvolvimento.

As condições de risco são determinadas principalmente em função da localização das moradias: inseridas nos leitos e margens dos igarapés, sujeitas a alagamentos em períodos chuvosos e limitadas por igarapés altamente poluídos, onde os resíduos sólidos e líquidos das atividades humanas são lançados diretamente sobre o solo e as águas, expondo uma situação altamente degradante e nociva. Estas condições conformam um cenário de grande desafio para o desenvolvimento de ações de educação ambiental, especialmente no que diz respeito à sensibilização e a conseqüente compreensão da situação para a construção de uma relação mais saudável entre as pessoas e o ambiente que integram. GUERRA & CUNHA (2005) considera o espaço social, num primeiro momento, como um produto da transformação da natureza, Ou como afirma SANTOS (2002) a natureza primitiva foi sendo substituída por uma natureza inteiramente humanizada. Por isso, a história da humanidade remete à constante reconfiguração espacial e territorial que se remodela no tempo e que envolve todas as ações humanas.

Assim sendo o programa tem como objetivo maior dentre todos outros objetivos promover, junto às populações direta e indiretamente beneficiadas pelo PROSAMIM, o desenvolvimento da compreensão integrada do meio ambiente, visando contribuir na construção da consciência crítica sobre a problemática

socioambiental em que estão inseridas e fortalecer sua participação na construção e manutenção dos ambientes recuperados, garantindo-lhe o legítimo exercício da cidadania executando o remanejamento da população e seu reassentamento para conjuntos habitacionais, obras de transformação da paisagem, construção de vias e parques urbanos – como estratégia para que essas áreas não voltem a ser ocupadas e melhorias na infra-estrutura sanitária – objetivando a construção de um sistema sanitário que possa oferecer serviços de água potável e esgoto.

### **3. A PROBLEMÁTICA**

Uso e ocupação do solo: se a expansão urbana da cidade de Manaus é descrita como desordenada, a ocupação do solo urbano parece possuir um ordenamento lógico que se reflete no próprio valor imobiliário dos terrenos. Primeiramente, são ocupados os terrenos dos interflúvios tabulares, onde se instala a população de maior poder aquisitivo. Em face das características dos terrenos, o processo de urbanização destes locais é extremamente facilitado. Posteriormente, são ocupadas as encostas e terrenos mais acidentados, cuja implantação da infra-estrutura urbana é difícil e tem alto custo. Por último, dá-se a ocupação indevida das planícies de inundação dos igarapés, normalmente, pela população de menor poder aquisitivo.

Com a instalação da Zona Franca, Manaus sofreu um inchaço populacional em face da imigração das populações interioranas/ribeirinhas, como mão-de-obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas. Bem como a degradação escandalosa dos igarapés citadinos do bairro Centro de Manaus fizeram com que programas de política pública para recuperação e revitalização (PROSAMIM) desses canais hídricos fossem implementados.

O que nos faz retomar ao costume de antepassados, o caboclo ribeirinho, o vínculo emocional com as águas da região motivavam o hábito de morar próximo ao rio, hábito que se desenvolveu até os presentes tempos atravessando o período da borracha e mesclando-se a outras culturas. Tal prática de morar na beira do rio acabou emergindo no espaço urbano até a contemporaneidade figurando nos diferentes processos de adensamento e “favelização” da área central da cidade de Manaus. Como diz LEFEBVRE (1976), o espaço é formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, por isso constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas.

O problema está em todo o conjunto de ausências de políticas públicas do passado nestes locais habitados por uma população que nada tem e está excluída da sociedade. O rápido crescimento populacional de Manaus não foi acompanhado pelos investimentos em infra-estrutura necessária, nem por controles sobre o uso e ocupação do solo, o que combinado com a falta de alternativas de moradia urbana acessível, principalmente para os grupos de baixos rendimentos, provocou aparição de assentamentos informais com moradias precárias e sem titulação de solo sobre áreas ambientalmente vulneráveis, em particular nas margens dos igarapés, próximo ao centro da cidade, o que GOTTDIENER (1994) denomina de zona de transição e se constituem como desvalorização do ambiente construído, parte da lógica de produção e do crescimento da cidade baseado no desenvolvimento desigual dos padrões espaciais.

Vale ressaltar que se em outros momentos o centro era o espaço privilegiado da classe alta e a periferia o espaço dos mais pobres, mais recentemente a análise desta realidade tornou-se mais complexa. Isto porque atualmente é possível encontrar focos de misérias em áreas centrais, ao mesmo tempo em que crescem os espaços segregados condomínios de alto padrão, na periferia, como afirma SANTOS (2007) “a periferia está no centro e o centro está na periferia”.

Assim ter uma moradia digna é o sonho de milhões de pessoas em todo mundo e um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a Constituição da República reconhece esse direito como social. Assim como a saúde, a educação e a justiça, a moradia é incontestável como essencial para a vida, até porque concretizar cada um desses direitos sem uma habitação confortável e salubre será mais complexo. Sem uma moradia regularizada, o cidadão não tem direito nem mesmo a um endereço, ou seja, está fora do mapa engrossando o número dos sem-teto.

#### 4. RESULTADOS

Conforme Oliveira (2008), o modo como se estabelece a produção da habitação contribui para compreensão da paisagem que, sem abandonar toda a riqueza da morfologia urbana, expressa a aparência da cidade, tornando-se um fator importante no tecido urbano e no conteúdo demográfico da cidade. Desta forma, a produção do espaço urbano e, concretamente, a habitação representa a dimensão do poder e o seu planejamento implica uma tentativa de determinar a ocupação do espaço.

- Pragas urbanas: 36.000m<sup>2</sup> de área desinfestada, desratizada/desinsetizada nas áreas de influência dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico;
- Reaproveitamento/ reciclagem de resíduos de madeira: 60.000 m<sup>3</sup> de resíduos de madeira, provenientes do desmanche das palafitas, foram destinados à geração de energia térmica em olarias;
- Redução do índice de contaminação da água dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico: a presença de coliformes fecais nas águas dos igarapés caiu de 2.400 NMP/100 ml (agosto de 2006) para 1.160 NMP/100 ml (agosto de 2007), correspondendo a redução de 51,67%, como resultado da retirada de aproximadamente 5.000 palafitas, cujos moradores (12.532 pessoas) deixaram de contribuir com o despejo de dejetos sanitários *in natura* nos igarapés;
- Retirada de resíduos/sedimentos poluídos do leito dos igarapés: 400.000 m<sup>3</sup> de rejeitos, contendo sedimentos poluídos pela presença de lixo doméstico e dejetos sanitários, foram dragados dos igarapés. Este volume de material obstruía o curso natural dos igarapés, favorecendo a ocorrência de alagações;
- Mais de 10.000 pessoas vacinadas contra doenças infecto-contagiosas, conforme exige o Plano de Controle Ambiental do PROSAMIM;
- Redução da incidência de Hepatite viral tipo A de 18,64 (em 2004), para 1,68 (em 2007);
- Recomposição da cobertura vegetal, com o plantio de 4.500 mudas de espécimes arbóreas frutíferas e paisagísticas, nos conjuntos habitacionais Nova Cidade e João Paulo, integrantes do Plano Específico de Reassentamento do PROSAMIM;
- Compensação Ambiental: fornecimento de 2.550 mudas de espécimes nativos ao Horto Florestal de Manaus/SEMMA => medida compensatória exigida para o Licenciamento Ambiental das Obras e Serviços do PROSAMIM;
- Implantação de 8,0ha de parques, oportunizando à população local área adequada ao convívio social e à prática de atividades esportivas, culturais e de educação ambiental;
- Recomposição e estabilização de 1.480 metros lineares de taludes marginais dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico (figura 3).





**Figura 3 – Mudanças na paisagem, obras no Igarapé Mestre Chico**

A questão ambiental foi bem definida, porém a questão social deixou a desejar, já que em nossa pesquisa apontou muita insatisfação da população, tanto daquela que permaneceu no mesmo local, nos novos conjuntos habitacionais, quanto aos realocados para a zona norte, no bairro João Paulo II. Dentre as reclamações estão mencionadas para os fixados no mesmo lugar: custos elevados com água encanada, esgoto e luz elétrica antes de obtida de forma clandestina, e já para os realocados: custos com transporte (antes ir ao trabalho era feito a pé) e a falta de infraestrutura (hospitais, escolas, etc), já que esses equipamentos públicos estão mais centralizados na zona sul da cidade. Assim para Jodelet (2001), compreender o espaço ao redor é dominá-lo físico ou intelectualmente, identificando e resolvendo os problemas que se apresentam. Frente a esse mundo (de objetos, pessoas, acontecimentos, idéias), deve-se portar não como autômatos isolados num vazio social, mas como seres que o partilham com os outros, de forma convergente ou conflituosa, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo.

## 5. CONCLUSÕES

Ficou claro neste estudo que as cidades são influenciadas por uma dinâmica social e contraditória presente no movimento histórico das sociedades. Tratam de componentes que articulam processos de longo alcance, determinando mudanças nos processos sociais e ecológicos. Assim, as medidas de minimização de impactos ambientais têm que ser pensadas numa escala de ação social bem mais ampla, que possa abarcar de forma integrada, a cidade e seu espaço circundante e imediato e, até mesmo, espaços mais distantes. COSTA E BRAGA (2004) afirmam, ainda, que em toda política ambiental urbana existe uma tensão latente entre a garantia de acesso coletivo, público, aos recursos e os objetivos econômicos privados. Embora não se possa reduzir todo o conflito no campo ambiental urbano a este aspecto.

Compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se especializa na cidade. Ao se identificar o modo como os vários agentes produtores do espaço urbano se especializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender a inter-relação processo e forma, o que significa, do ponto de vista geográfico, a descrição seguida da análise da paisagem

Portanto compreendemos que as interações socioambientais, para o homem é garantir dignidade e cidadania, além de propiciar melhoria na qualidade de vida, a cerca dessa temática. Os gestores das políticas públicas devem se preocupar com a função social e o bem-estar coletivo das pessoas no meio ambiente urbano. Tendo critérios de remoção obedecendo às particularidades de cada família, como: grau de dependência em relação à área em que habitam (custo de vida, trabalho, transporte coletivo, escolas, posto médico, dentre outros), redes de relações sociais (laços afetivos) e nível de identidade com o local. Sendo esses critérios observados, podem elevar a qualidade das políticas públicas urbanas, mesmo aquelas em que a remoção de pessoas é

imprescindível. Se o ambiente é o que envolve os seres humanos, então é preciso decidir como esse ambiente será transformado. Pois, historicamente, “o meio urbano é por definição, o espaço no qual se operam as transformações ambientais induzidas pela humanidade, criando contingências, estruturas e padrões que extrapolam os limites das cidades” GUERRA & CUNHA (2005).

## REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. O. **Meio Ambiente: qualidade de vida e desenvolvimento**. Belém: UFPA, 1992.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8. ed. 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JODELET, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: Jodelet, D. (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Maspero, 1976.

OLIVEIRA, J. A. de; SCHOR, T. & SCHERER, E. F. **Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus: validação da divisão espacial e textos analíticos**. CD-ROM, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_, M. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.